

# AVALIAÇÃO DAS CRÍTICAS DE SEARLE À TEORIA DOS ATOS DE FALA

## EVALUATION OF SEARLE'S CRITICS TO THE SPEECH ACT THEORY\*

HÉLCIA MACEDO DE CARVALHO DINIZ E SILVA\*\*  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA, BRASIL

**Resumo:** Com o objetivo geral de avaliar as críticas feitas por Searle à classificação de Austin, esta pesquisa, parte de um trabalho mais amplo, objetiva de modo específico: destacar os pontos da classificação austiniana, apresentar a argumentação de Searle e evidenciar a consistência do pensamento austiniano. Esta pesquisa se justifica, pela necessidade de fortalecer a Teoria dos Atos de Fala desenvolvida em *Quando dizer é fazer: palavras e ações* (AUSTIN, 1990), que foi criticada por Searle (1995) em seu artigo *Uma taxinomia dos atos ilocucionários*. Por um lado, a taxinomia toma como direção o conceito de ato ilocucionário, tal como concebido na Teoria dos Atos de Fala e adota como corolários a direção do ajuste da palavra ao mundo, ou vice-versa. Por outro lado, na classificação austiniana a força ilocucionária é testada a partir de proferimentos reduzidos à forma da primeira pessoa do singular do indicativo da voz ativa. Análise com base na metodologia de natureza qualitativa, tratando-se de uma revisão de literatura, interpretativista de caráter dedutivo. Como resultados chega-se ao verbo performativo explícito, que segundo Austin permite listar cada classe de verbos performativos: Vereditivos, Exercitivos, Compromissivos, Comportamentais e Expositivos.

**Palavras-chave:** Searle. Austin. Avaliação. Estudo comparado.

**Abstract:** With the main objective to evaluate the critics made by Searle to Austin's classification, this research departs from a wider paper, objective in a specific way: highlight the points of Austin's classification, present Searle's argumentation and evidence the consistency of Austin's thought. This research is justified by the need to strengthen the Speech Act Theory, developed in *When saying is making: words and actions* (AUSTIN, 1990), which was criticized by Searle (1995) in his article *A taxonomy of illocutionary acts*. On the one hand, taxonomy takes as the direction the concept of the illocutionary act, such as conceived on the Speech Act Theory and adopts as corollaries the direction of the adjustment of the word to the world, or vice-versa. On the other hand, in Austin's classification, the illocutionary force is tested as of reduced utterances in the first person of the singular, indicative of the active voice. Analysis based on qualitative nature methodology, in case of a literature revision, interpretative, of deductive character. As of the results, thus the performative explicit verb, which, according to Austin, allows it to list each class of performative verbs. Verdictives, Compromising, Behavioural and Expository.

**Keywords:** Searle. Austin. Evaluation. Comparative study.

\* Artigo recebido em 04/03/2019 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 15/07/2019.

\*\* Doutorado em Filosofia pela PUC-Rio, em Linguística e em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3466330106730581>. E-mail: [helciamacedo@yahoo.com.br](mailto:helciamacedo@yahoo.com.br).

## 1. INTRODUÇÃO

Buscamos comprovar a hipótese de que há improcedência na noção sintático-semântica da linguagem e, com isso, demonstrar a consistência da visão pragmática de linguagem evidenciando os pontos que distanciam o entendimento de Searle (1995) do de Austin (1990).

Embora Searle (1995) afirme que o objetivo é propor uma taxinomia como alternativa à classificação de Austin (1990), ele acaba desenvolvendo uma noção de linguagem baseada na sintaxe e na semântica, pensando em resolver o que ele próprio apontou como pontos das classes de força ilocucionária apresentadas por Austin (1990) na XII Conferência.

Não obstante, Searle (1995) caiu no esquecimento e desconsiderou a Teoria Geral dos Atos de Fala. Nesta, Austin (1990) deixou claro o seu objetivo ao desenvolver um instrumento de análise de atos de fala, dizendo que a classificação é necessária, principalmente, quando há verbos performativos primários no dizer como fazer, mas que não é o único método de esclarecer os atos de fala performativos.

A classificação é tida pelo criador da Teoria dos Atos de Fala como um dos meios de análise para averiguar problemas filosóficos. Sendo assim, em cada uma das cinco classes de verbos performativos há uma força preponderante, que é a força realizadora da ação e geradora de atos de fala, que podem ser felizes ou infelizes.

Austin (1990) anuncia a classe dos comportamentais, por exemplo, dizendo que estão inseridos na esfera do comportamento linguístico do ser humano (reações ao comportamento dos outros quando usam a linguagem e se destinam a expressar atitudes e sentimentos). É analisada a frase, cujo verbo performativo pode aparecer de modo implícito/elíptico ou explícito, o qual realiza atos de fala.

Ocorre que a base do pensamento austiniano é distinta da proposta por Searle (1995) porque o fundamento da Teoria dos Atos de Fala é a força ilocucionária, o proferimento performativo. O pensamento de Searle (1995) tem como base a sintaxe e a semântica, com isso há um esquecimento dos propósitos específicos da Teoria dos Atos de Fala, especificamente, o dizer como fazer em contextos bem definidos, assim como não é considerada a Doutrina das Infelicidades.

O teste do performativo explícito serve para identificar a força do proferimento, um tipo de proferimento que requer uma análise é aquele que apresenta o verbo implicitamente,

por exemplo, dizer “Eu virei te ver amanhã” é se comprometer com outro, ou melhor, é prometer que algo a alguém mesmo que o verbo “Prometer” não esteja explícito.

Ditos como esses levam em consideração a intenção do falante (voltar no outro dia), porque ele fez um tipo de promessa. Esta envolve duas pessoas em um contexto de final de encontro com uma promessa de reencontro próximo.

Partindo do pressuposto de que a promessa compromete as pessoas que dizem esses tipos de frases, faz-se necessário o engajamento das pessoas, que sigam agindo adequadamente. A força ilocucionária desse tipo de proferimento, segundo Austin (1990), é performativa, que se fosse reduzir ao performativo explícito o sujeito diria assim: “Eu prometo a você que voltarei amanhã”.

Assim, é possível classificar a força ilocucionária do proferimento, que se se dissesse: “Até amanhã”, estando em contexto definido como o descrito anteriormente, pode-se assegurar que houve um ato de fala, ou seja, proferimento performativo da classe dos compromissivos.

Para analisar a força de um proferimento pode-se reduzir o proferimento a um performativo explícito, evidenciar o verbo usado e constatar na classificação se o proferimento na forma da primeira pessoa do presente do indicativo ativo se enquadra em uma das cinco classes propostas por Austin.

Na perspectiva de Searle (1995, p. 44) essa classificação apresenta problemas, e é preciso distinguir “uma taxinomia de atos ilocucionários e uma taxinomia de verbos ilocucionários”.

A distinção entre atos e verbos ilocucionários, de acordo com Searle (1995), é a seguinte: os atos consistem em *Força ilocucionária* do dito, seu *Conteúdo Proposicional*  $F(p)$  e direção do ajuste (palavra-mundo); para Searle (1995, p. 3) “Os verbos ilocucionários fazem sempre parte de uma língua específica: francês, alemão, inglês, ou outra qualquer”.

## 2. ARGUMENTAÇÃO DE SEARLE SOBRE AS CATEGORIAS TAXINÔMICAS

Searle (1995), em sua taxinomia, se pauta nessa distinção, desloca a base da Teoria dos Atos de Fala, retira o proferimento performativo com verbos ilocucionários e coloca o ato ilocucionário ( $F(p)$ , direção do ajuste entre o mundo e a palavra, ou vice-versa). Digamos

que isso muda a direção da investigação proposta por Austin (1990), e, por conseguinte, cria outra argumentação que baseia as categorias da taxinomia dos atos ilocucionários.

A mudança é tão profunda que na taxinomia as definições são estruturadas em árvores sintáticas, sendo que as análises semânticas se aproximam mais da Linguística, se distanciando da análise dos estudos referentes às investigações filosóficas. Uma sentença, para Searle (1995) definida por sete componentes de força ilocucionária, tem componentes e conteúdo, conforme enumera Marcondes (2003, p. 170):

- 1) objetivo ilocucionário (*illocutionary point*); 2) grau de força do objetivo ilocucionário; 3) modo de realização; 4) condição do conteúdo proposicional; 5) condição preparatória; 6) condição de sinceridade; 7) grau de força da condição de sinceridade.

A partir da leitura dos sete componentes acima, pode-se observar que a força da proposição são os atos de fala como base e o conteúdo proposicional é a referência. Nesta perspectiva, portanto, Searle (1995) considera orações subordinadas e estrutura da língua, não se encaixando na perspectiva pragmática do uso da linguagem. O próprio Searle (1995, p. 31) denuncia a análise por meio da estrutura das orações principal e subordinada:

Já que todas as sentenças que consideraremos conterão um verbo performativo na oração principal e uma oração subordinada, abreviarei as estruturas de árvores usuais da seguinte maneira: por exemplo, a sentença, *I predict john will hit Bill* (Eu predigo que John baterá em Bill) tem a estrutura profunda mostrada a figura 1. Vou abreviá-la simplesmente assim: *I predict + John will hit Bill*.

Vê-se que as sentenças consideradas apresentam um verbo performativo, uma oração principal e outra subordinada. Embora Searle (1995) critique Austin (1990) por classificar verbos performativos, em sua análise o verbo está em evidência, o que demonstra que classificar o proferimento que tem o verbo performativo é mais seguro, como fez crer Austin (1990).

Além de Searle (1995), depois que Austin (1990) sugere a classificação, outros estudiosos apresentaram propostas para classificar os atos de fala, a maioria deles propôs estudos que não lograram êxito ao tentaram elaborar classificações similares aquela proposta por Austin (1990), conforme o elenco abaixo, feito por Rajagopalan (2000, p. 46):

Vendler (1972), Ohmann (1972), Fraser (1947b), van Ek e Alexander (1976), Sinclair e Coulthard (1975), Candlin et alii (1976), Holdcroft (1978), Bach e Harnish (1979), Verschueren (1980), Ballmer e Brennenstuhl (1981), Edmundson (1981) etc, etc. Diante de tantos insucessos sucessivos, atualmente já não se vê mais tamanho entusiasmo nesse sentido entre os estudiosos.

Alguns estudos tentaram elaborar classes de atos ilocucionários e, por certo, cada taxinomia tem o seu valor. Contudo, não suplantam a classificação austiniana e não foram bem sucedidas. Entre tantas tentativas, a de Searle (1995) ganhou destaque na literatura. Esta, na realidade, é uma proposta de avaliação aparentemente despreziosa da classificação austiniana. Contudo, acaba abrindo espaço para discussões acerca da metodologia de análise proposta na Teoria dos Atos de Fala. Tal debate se insere na distinção, abandonada por Austin, que causava outros problemas, entre performativos e constataivos. Inicialmente essa distinção foi necessária para refutar o entendimento de que a declaração servia apenas para descrever a realidade e representar o mundo.

No tocante às frases declarativas é preciso entender que ao se fazer uma declaração se tem força ilocucionária, desde que este dito se enquadre no contexto bem delimitado, com pessoas engajadas em fazer o que estão declarando. É certo que a declaração tal como entendeu a tradição é uma abstração, conforme explica Austin (1990, p. 121):

A doutrina da distinção performativo/constatativo está para a doutrina dos atos locucionários e ilocucionários dentro do ato de fala total como toda teoria especial está para a teoria geral. E a necessidade da teoria geral surge simplesmente porque a ‘declaração’ tradicional é uma abstração, um ideal, e assim o é também sua tradicional verdade ou falsidade.

A propósito disso, antes de desenvolver a sua classificação Austin (1990, p. 121-122) sugere, em particular, as seguintes conclusões: “(A) O ato de fala total na situação de fala total é o *único* fenômeno que, em última instância, estamos procurando elucidar”. Conforme citado anteriormente, ao sugerir esta primeira conclusão o filósofo deixa clara a indefinição sobre o ato de fala total. “(B) Declarar, descrever, etc. *são apenas dois* nomes, dentre muitos que designam atos ilocucionários; não ocupam uma posição *sui generis*”. Ao afirmar isso o filósofo critica o entendimento tradicional da linguagem como representação e descrição da realidade. Defendendo a concepção de que dizer é fazer coisas com palavras, critica a visão da linguagem como adequação:

(C) Em particular, não ocupam uma posição *sui generis* quanto a estarem relacionados aos fatos de forma *sui generis* chamada de verdadeira ou falsa, porque a verdade e a falsidade não são (exceto por meio de uma abstração artificial sempre possível e legítima para certos propósitos) nomes de relações, qualidades, ou o que seja, mas sim da dimensão de apreciação de como as palavras se situam quanto à sua adequação aos fatos, eventos, situações, etc., a que se referem (AUSTIN, 1990, p. 121-122).

Ao dizer que a verdade ou falsidade como adequação é apenas uma forma de ver o ato de fala, torna evidente a possibilidade de apreciação das palavras em dimensões distintas.

Logo, abre espaço para posicionamentos diversos, e até díspares com relação ao seu pensamento. Ainda na apresentação das conclusões, (D): “Do mesmo modo, o familiar contraste entre ‘normativo ou valorativo’ e factual está precisando, como tantas outras dicotomias, ser eliminado”.

Nesse ponto o filósofo defende a visão performativa da linguagem e, afirma, “(E) podemos bem suspeitar que a teoria do ‘significado’ como equivalente a ‘sentido e referência’, vai certamente necessitar de alguma depuração e reformulação em termos da distinção entre atos locucionários e ilocucionários”. Entenda-se o velho ‘sentido e referência’ sob a influência dos pontos de vista correntes, essa recomendação amplia as inúmeras possibilidades de pesquisa sobre a depuração e reformulação da distinção que Austin esboçou.

No entendimento austiniano, portanto, a direção é pragmática porque toda a classificação considera o contexto, as pessoas que usam a linguagem e a linguagem em uso com significados dentro de determinadas situações e contendo verbos performativos. Searle (1995), por sua vez, aponta para a direção mais distante possível da ação concreta com a linguagem e adere ao fator dogmático quando toma por base os aspectos *sintático-semânticos* do dizer, fundamentando a taxinomia na análise sintática da frase, sem priorizar o contexto.

Assim, além de não acrescentar nada de novo ao que Austin (1990) desenvolveu, Searle (1995) cria alguns problemas de outra ordem, como a análise ideal da frase por meio de árvores sintáticas. Os textos: *actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem* (SEARLE, 1981) e *Expressão e significado: estudos da Teoria dos Atos de Fala* (SEARLE, 1995) são dedicados à estudos referentes à linguagem. Neste último, além do ensaio que é *corpus* desta pesquisa, está a pesquisa dos atos de fala indiretos. Austin (1990), em sua classificação define cada categoria, elenca os verbos performativos e analisa as situações de linguagem em que as classes se interpenetram. Sendo assim, além de elaborar a classificação, Austin (1990) a aplica.

### **3. ESTUDO COMPARADO: CLASSES DE AUSTIN E TAXINOMIA DE SEARLE**

Consoante ao que afirma Marcondes (2003, p. 25) é “um método de análise de problemas filosóficos através da linguagem, a Teoria dos Atos de Fala”. Os atos de fala, a

dependem do contexto e das pessoas envolvidas, transformam realidades. Pelo menos, os conceitos-chave, a saber, atos ilocucionários, proferimentos performativos e força ilocucionária, da Teoria dos Atos de Fala, são imprescindíveis ao estudo analítico dos problemas investigados pela Filosofia da Linguagem Ordinária. Além disso, as classes de força ilocucionária austiniana propiciam as análises de proferimentos performativos, e por conseguinte, definem o ato de fala realizado.

O estudo realizado por Searle (1995) (denominado, aqui, de noção sintático-semântica da linguagem), no entanto, não é uma abordagem que segue o caminho da pragmática, uma vez que se volta para a estrutura da língua e não para o seu uso. Por um lado, na justificação austiniana dos atos de fala é refutada a percepção tradicional dos estudos da linguagem, sobretudo a que considera a linguagem como algo puramente descritivo ou representativo. Na realidade, a tradição classificou assim a linguagem por não ter despertado para o caráter pragmático da linguagem, que “ao dizer” ou “por dizer” algo se faz coisas, em determinadas situações.

Por outro lado, Searle (1995) critica a classificação proposta na Teoria dos Atos de Fala, afirmando que não tem princípios. Ao criticar as definições das classes de força ilocucionária, e ignorar o teste do performativo explícito, usado para identificar o ato realizado acaba desconhecendo a teoria austiniana como um todo.

Não obstante, o teste do performativo explícito, apresentado por Austin (1990) quando da culminância de suas conferências em Harvard, isto é, na décima segunda conferência, visa esclarecer o dizer que realiza ação, assim como o dizer que pode ser infeliz e provocar algum problema. Por meio da classificação se observa os proferimentos primários levando em consideração o contexto, o dizer realizador de ações e os enunciados que nada descrevem nem relatam, os atos de fala.

Assim, “Eu aposto contigo que o meu time vai ser campeão”, “Eu batizo este computador de Rosinha”, “Eu declaro guerra ao alcoolismo”, entre outros proferimentos, são exemplos de atos de fala, desde que dito em determinadas circunstância e realizem ações efetivas. Ações com o uso da linguagem foram examinadas, também, por Searle (1995). Digamos que a taxinomia deste pensador ganha destaque, segundo Rajagopalan (1996, p. 15), porque invoca “seu próprio (e supostamente merecido) *status* de herdeiro intelectual de Austin”. Não obstante, não se pode comungar com esta ideia, haja em vista que ignora a visão performativa e enaltece o que denominamos, aqui, de noção sintático-semântica de linguagem.

Nessa, a performatividade da linguagem dá lugar a análises focadas tanto na sintaxe como na semântica. Para Rajagopalan (1996, p. 109), é possível que o posicionamento de Searle servisse, pelo menos, para “assegurar que Austin permanecesse na respeitável tradição da Filosofia Analítica”.

A classificação austiniana propõe cinco classes que se interpenetram e se definem a partir do contexto em que o ato de fala aconteceu, fazendo com que o sujeito falante realize ações. Tais interpenetrações não são sobreposição de classes, como critica Searle. Essa classificação é entendida como mecanismo de análise, desenvolvido para evidenciar o performativo explícito. O princípio da Teoria dos Atos de Fala é a performatividade do dizer como fazer e o da classificação é a força ilocucionária do verbo. Este, nem sempre aparece explicitamente.

O quadro 1, comparativo, elaborado com base na classificação de Austin (1990) e na taxinomia de Searle (1995), é uma tentativa de síntese de cada categoria, a partir das definições dadas por cada filósofo. Como se pode conferir abaixo:

#### QUADRO 1: SÍNTESE DAS CATEGORIAS

<b>Classes de Força Ilocucionária Austin (1990)</b>	<b>Taxinomia dos Atos Ilocucionários Searle (1995)</b>
Vereditivos: emitir vereditos	Assertivos: verdade da proposição expressa
Exercitivos: exercício de poderes e direitos	Diretivos: tentar levar o ouvinte a fazer algo
Comissivos: prometer ou assumir algo	Compromissivos: prometer ou assumir algo
Comportamentais: atitude e comportamento	Expressivos: expressar um estado psicológico
Expositivos: expor argumentos	Declarações: realização do dizer no mundo
-	Declarações Assertivas: condição de sinceridade

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

No Quadro acima estão apresentados, de modo resumido, as definições das categorias ditadas pelos filósofos Austin (1990) e Searle (1995), sucessivamente. Em seguida confrontamos cada classe, evidenciando as particularidades acentuadas por cada filósofo.

#### QUADRO 2: DEFINIÇÕES DAS CATEGORIAS

<b>Classes de Força Ilocucionária Austin (1990)</b>	<b>Taxinomia dos Atos Ilocucionários Searle (1995)</b>
Vereditivos	Assertivos



A instituição respalda o ato de fala que deve estar adequado à verdade ou falsidade da ação.	O falante se compromete em grau ou crença adequada ao valor de verdade em relação ao fundamento do dito que realiza ação.
--	---

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os proferimentos performativos classificados como Vereditivos são emissões de juízos de valor sobre algo, seja este “oficial ou extraoficial, sobre evidências ou razões quanto ao valor ou ao fato, na medida em que são passíveis de distinção” (AUSTIN, 1990, p. 124). É o dizer adequado ao que é verdadeiro ou falso. Complementa:

Os vereditivos têm conexões óbvias com verdade e falsidade com relação ao fundamento ou falta de fundamento, à justiça ou injustiça. Nota-se que o conteúdo de um veredito é verdadeiro ou falso, por exemplo, numa disputa a respeito da decisão de um juiz de futebol (AUSTIN, 1990, p. 125).

Sendo um vereditivo passível de constatação em relação à verdade ou falsidade de um proferimento, este não deixa de ser um ato de fala. Curioso é constatar que os Assertivos da taxinomia de Searle (1995) têm semelhanças com a classe dos Vereditivos de Austin (1990), conforme reconhece no trecho abaixo:

Essa classe [*Assertivos*] conterà a maioria dos expositivos de Austin e também muitos dos vereditivos, pela razão, que espero agora esteja óbvia, de que todos têm o mesmo propósito ilocucionário e apenas diferem por outra característica de força ilocucionária. O teste mais simples para um assertivo é: pode-se caracterizá-lo literalmente (*inter alia*) como verdadeiro ou falso; embora eu me apresse em acrescentar que não se formulam assim condições necessárias nem suficientes, como veremos ao chegarmos à minha quinta classe [*grifo nosso*] (SEARLE, 1995, p. 20-21).

No trecho acima, de acordo com a percepção apresentada por Searle (1995) ao assumir semelhanças entre a sua classe e a de Austin (1990), está evidente, que ambas as definições apresentam o dizer adequado ao que é verdadeiro ou falso. Pelo menos nessa categoria não encontramos um desenvolvimento da Teoria dos Atos de Fala.

Resumindo, os Vereditivos são atos de fala que se constituem essencialmente no estabelecimento de um fato ou valor passível de distinção com a verdade ou a falsidade em relação ao fundamento do fazer coisas com palavras. Os Assertivos, por sua vez, são atos de fala que comprometem o falante em diferentes graus e crenças, caracterizado pela verdade ou falsidade, literalmente. Nestas abordagens o dizer como fazer é, para Austin (1990),

vereditivo por consistir na emissão de um juízo, oficial ou extraoficial, e para Searle (1995), o assertivo por ser uma expressão de uma crença valorada e adequada ao mundo.

No confronto entre os Exercitivos de Austin (1990) e Diretivos de Searle (1995), temos as seguintes peculiaridades:

### QUADRO 3: PECULIARIDADES DOS EXERCITIVOS E DIRETIVOS

Classes de Força Ilocucionária Austin (1990)	Taxinomia dos Atos Ilocucionários Searle (1995)
Exercitivos	Diretivos
Exercer institucionalmente o poder, a profissão por meio do uso da linguagem, fazendo com que o ouvinte manifeste alguma reação.	Dizer e fazer com que o ouvinte faça algo

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os Exercitivos, de acordo com a classificação proposta por Austin (1990, p. 126), “consiste em tomar uma decisão a favor ou contra um determinado curso da ação, ou advogá-la”, continua argumentando: “Suas consequências podem ser que outros sejam ‘compelidos’ ou ‘autorizados’ ou ‘não autorizados’ a fazer certos atos”.

Nesse sentido, os atos de fala exercitivos provocam consequências, por exemplo, no Campeonato Carioca 2015, no jogo Flamengo *versus* Vasco, o árbitro mostra o cartão vermelho quatro vezes e expulsa dois jogadores de cada time. Este gesto indica o ato de fala: “Fora!”. Tal acontecimento faz com que cada jogador expulso saia de campo. Isso gera consequências para tais jogadores. No contexto mencionado, o gesto do juiz insere-se na classe dos exercitivos. Segundo Austin (1990), são verbos dessa classe: ordenar, advertir, aconselhar e legar, entre outros.

Quanto aos Diretivos de Searle (1995, p. 21), cujo “propósito ilocucionário consiste no fato de que são tentativas (em graus variáveis, e por isso são, mais precisamente, determinações do determinável que inclui tentar) do falante de levar o ouvinte a fazer algo”, digamos que, basicamente, a direção do ajuste palavra-mundo dessa classe apresenta semelhanças à dos exercitivos de Austin (1990). Na verdade, ele mesmo reconhece isso, afirmando que “muitos exercitivos de Austin estão também nessa classe [Diretivos]” (SEARLE, 1995, p. 21).

Os exercitivos são atos de fala realizados por juízes e árbitros que empregam exercitivos para fazer coisas, desde que estejam respaldados por uma instituição. Por

exemplo, a diferença entre convidar e sugerir alguém a fazer algo depende das circunstâncias, da vontade e do modo de quem fala. Por exemplo, o professor diz a sua turma, “Sugiro que vocês estudem tais e tais conteúdos para a próxima prova”, na realidade o aluno deve entender isso como uma ordem, se este pretende lograr êxito no exame que vai fazer. A classe dos Compromissivos, tanto para Austin (1990) como para Searle (1995), são idênticas:

#### QUADRO 4: CLASSE DOS COMPROMISSIVOS

<b>Classes de Força Ilocucionária Austin (1990)</b>	<b>Taxinomia Alternativa dos Atos Ilocucionários Searle (1995)</b>
Compromissivos	Compromissivos
O dizer compromete o falante com ele mesmo e com o outro.	

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Austin (1990) propôs a classe dos Compromissivos e Searle (1995) a adotou, irrestritamente. Ao dizer ou por dizer a pessoa se compromete consigo mesmo e com o outro. Esse tipo de ato de fala se assemelha, segundo Marcondes (1990, p. 9), ao entendimento de que “‘minha palavra é meu penhor’, o que faz com que se considere o ato de fala, a interação comunicativa propriamente dita, como tendo um caráter contratual ou de compromisso entre as partes”.

Sendo assim, a base para a elaboração da taxinomia de Searle é a definição austiniana de ato ilocucionário. Sobre a classe dos Compromissivos, por exemplo, não paira nenhuma crítica, muito pelo contrário, para Searle (1995, p. 15) “Apenas no caso dos Compromissivos Austin usou, clara e inequivocamente, o propósito ilocucionário como a base da definição de uma categoria”. Confrontando a classe dos comportamentais austiniana em relação à dos Expressivos de Searle (1995).

#### QUADRO 5: COMPARATIVO DAS CLASSES

<b>Classes de Força Ilocucionária Austin (1990)</b>	<b>Taxinomia dos Atos Ilocucionários Searle (1995)</b>
Comportamentais	Expressivos
Atos de fala relacionados ao comportamento revelado com o uso da linguagem dentro do contexto.	Ato de fala que expressa um estado psicológico.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A classe dos Comportamentais, para Austin (1990, p. 123) “têm a ver com atitudes e *comportamento social*” [grifos do filósofo]. Esses atos de fala podem ser realizados em diversos

momentos. A definição desta classe mostra que não é simples classificar a força ilocucionária de verbos performativos, pois eles “criam problemas porque parecem demasiado heterogêneos” (AUSTIN, 1990, p. 124).

Austin (1990) considera o comportamento social do ser humano com o uso da linguagem algo bastante inconstante. Esse ponto cria problemas no ato de classificar os atos de fala comportamentais. Dizer “Seja bem-vindo” pode ser bem ou mal sucedido, dependendo do modo como o falante se expressa, a quem se dirige este comportamento e em qual situação esse fato aconteceu. Com efeito, quem escuta esta saudação sente, no mesmo instante, se é ou não bem-vindo naquele momento.

Os expressivos da taxinomia são atos de fala realizados pelo falante cujo dito nem corresponde o mundo às palavras nem palavras ao mundo. Para Searle (1995), a verdade dessa proposição é pressuposta. Expositivos para Austin (1990) e Declarações para Searle (1995) são nomenclaturas distintas para dizer que usamos a linguagem e com ela criamos a realidade, fazemos as coisas existirem no mundo. Abaixo, uma diferença, apenas, de nomenclatura.

#### QUADRO 6: DIFERENÇA ENTRE EXPOSITIVOS E DECLARAÇÕES

<b>Classes de Força Ilocucionária Austin (1990)</b>	<b>Taxinomia dos Atos Ilocucionários Searle (1995)</b>
Expositivos	Declarações
Usar a linguagem para explicações	Fazer existir por meio da linguagem

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Por exemplo, o ato declarar pode ser um ato de fala que explana fatos e, ao mesmo tempo, fazer coisas existirem por meio do dizer como fazer. Por expositivos entenda aquele ato de fala usado para expressar pontos de vista, conduzir debates e expor o uso e a referência de determinado termo. Esta é uma classe cujo campo é muito vasto, exemplifica Austin (1990, p. 130), “Os exemplos centrais são ‘declaro’, ‘nego’, ‘destaco’, ‘exemplifico’, ‘respondo’ e outros semelhantes”.

O entendimento de Austin (1990, p. 124) sobre os expositivos é o seguinte: “são excessivamente numerosos e importantes, e tanto parecem estar incluídos em outras classes quanto parecem, por vezes, ser *sui generis* de uma forma que não consegui esclarecer nem para mim mesmo”.

Searle (1995), por seu turno, afirma: “Seria econômico poder incluir todos os atos ilocucionários nessas quatro classes, e isso daria uma sustentação padrão geral de análise

adotado em *Speech Acts*, mas parece-me que a taxinomia ainda não está completa”. Assim, a classe das Declarações não é uma única categoria, desta se desdobram as Declarações Assertivas (Diferentemente das outras declarações, partilham com os assertivos uma condição de sinceridade), porque declarar é fazer existir um estado de coisas, como complementa Searle (1995, p. 25):

Falta ainda uma classe importante de casos, em que o estado de coisas representado na proposição expressa é realizado ou feito existir pelo dispositivo indicador da força ilocucionária, casos em que se faz existir um estado de coisas ao declarar-se que ele existe, casos em que ‘dizer faz existir’. São exemplos ‘Renuncio’, ‘Você está demitido’, ‘Eu o excomungo’, ‘Batizo este navio o encouraçado Missouri’. Esses casos foram apresentados como paradigmáticos nas primeiras discussões dos performativos, mas parece-me que ainda não foram adequadamente descritos na literatura e sua relação com os outros tipos de atos ilocucionários é comumente mal-entendida.

Nesses termos, as Declarações realizam coisas e são atos ilocucionários, por fazer algumas coisas existirem. Para Searle (1995, p. 26), “A estrutura sintática superficial de muitas sentenças usadas para realizar declarações oculta esse aspecto, pois nelas não há distinção sintática superficial entre conteúdo proposicional e força ilocucionária”. Sobre as declarações, a partir de Austin, é retirado o peso dado pela tradição de ser uma frase que é sumariamente usada apenas para representar uma realidade ou descrever coisas que acontecem.

As *Declarações* da Taxinomia é a classe que considera o uso da linguagem, por exemplo, para declarar guerra. Esta só passa a existir se a declaração for um ato ilocucionário bem sucedido, ou seja, se houver correlação entre o conteúdo proposicional e a realidade (o mundo).

Para Austin (1990) e Searle (1995) as declarações são verificáveis a partir dos acontecimentos. Por exemplo, a presidente do Brasil Dilma Rousseff, em 18 de outubro de 2015, declarou em Estocolmo, na Suécia, o seguinte ato de fala: “Levy fica”. Explicou que não irá mudar o representante do Ministério da Fazenda porque o governo concorda com a política econômica praticada no Brasil. Esta declaração foi feita com o fim de desmentir os rumores sobre a possível mudança no referido ministério.

A classe das Declarações Assertivas é considerada por Searle (1995) imprescindível, embora esta seja a última a ser apresentada e sobre a qual há pouca justificção. Areladas às

instituições o ato de fala de declarar assertivamente requer que a pessoa esteja na posição que lhe confira autoridade.

#### QUADRO 7: ESCASSEZ DE CLASSIFICAÇÕES ANÁLOGAS

Classes de Força Ilocucionária Austin (1990)	Taxinomia dos Atos Ilocucionários Searle (1995)
-	Declarações Assertivas
-	Proferimentos que requerem instituições para respaldar a verdade da alegação.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Observamos no quadro acima que a classificação de Austin não está correspondente ao que propôs Searle. Enfim, a classe das Declarações Assertivas não é uma subclasse das Declarações porque tem definição própria e se apresenta mais hermética. A força ilocucionária das declarações assertivas requer algumas autoridades, são proferimentos que para serem realizados exigem o poder institucional. Searle (1995, p. 30) explica:

Algumas instituições requerem alegações assertivas a serem proferidas com a força de declarações, para que o debate sobre a verdade da alegação possa terminar em algum momento e os passos institucionais seguintes, que dependem da solução da questão fatural, possam acontecer: o prisioneiro é solto ou mandado para a cadeia, o time perde a vez, um gol é marcado. A existência dessa classe pode ser assinalada pelo nome 'Declarações Assertivas'.

Searle (1995) classifica o proferimento como Declarações Assertivas todo dito que é uma alegação validada por uma instituição, porque esta corrobora com as convenções vigentes, pessoas engajadas na situação de linguagem, condições do ajuste e valor de verdade, explica Searle (1995). Essa classe não tem correspondente na classificação austiniana.

Há algumas peculiaridades importantes que não permitem definir uma classe sem que esta esteja interpenetrada com outra, explica Austin (1990, p. 124): “As últimas duas classes [*Comportamentais* e *Expositivos*] são as que acho mais difíceis, e bem pode ser que não estejam nitidamente classificadas ou que estejam um tanto embaralhadas, ou mesmo que necessitem de uma classificação inteiramente distinta” [*Grifos nossos*].

Com relação a isso a explicação de Austin (1990, p. 130) é a seguinte: “No campo dos comportamentais, além do risco comum das infelicidades, há uma oportunidade bastante grande para a insinceridade”. Há interpenetração de uma classe em relação às outras, continua explicando, os comportamentais fazem uma “conexão estreita com os exercitivos,

porque aprovar pode ser um exercício de autoridade ou uma reação diante da conduta de alguém”.

Searle (1995), na Taxinomia, por seu turno, ratifica que as seis classes são definidas de modo mais hermético. O ato de fala tem verbos ilocucionários, mas acontecem por conta da força ilocucionária e do conteúdo proposicional, que compõem a direção do ajuste palavra-mundo ou mundo-palavra ao mesmo tempo em que está atrelado à sinceridade de quem fala.

São atos de fala: perguntar algo a alguém ou responder a alguém o que foi indagado; dar uma informação ou pedir a alguém uma informação, dar uma garantia ou mesmo advertir alguém de que algo não está como deveria; anunciar uma intenção ou dar um veredito, marcar um compromisso com um amigo ou fazer um apelo e tantos outros dizeres que realizam atos, desde que sejam satisfeitas todas as condições necessárias.

Como dito, para Austin (1990) é o verbo usado que determina a ação. Este possibilita a classificação em categorias. A noção performativa da linguagem ressalta ocorrências de atos de fala, que são proferimentos com verbos ilocucionários. Embora o teste para se encontrar a força ilocucionária do performativo seja uma proposta, os atos de fala são reconhecidos como o uso da linguagem para realizar ações. Em algumas ações ao dizer se realiza alguma coisa, em outros o dizer é parte do ato realizado. Podem-se realizar atos de fala em muitas situações. Dizer é fazer acontecer coisas porque em algumas frases elaboradas e pronunciadas pelo sujeito falante é este dito que faz a realização de coisas no mundo. Searle (1995) não aceita a evidência dada à lista austiniana de verbos ilocucionários. Para ele é a força ilocucionária que constitui o ato de fala. Searle (1995, p. 14) critica afirmando que:

[...] não são classificações de atos ilocucionários, mas de verbos ilocucionários ingleses. Austin parece assumir que uma classificação de diferentes verbos é *eo ipso* uma classificação de espécies de atos ilocucionários. Não há, porém, razão para supor que seja esse o caso.

Esse trecho aponta para o problema de princípio da classificação austiniana. Contudo, a lista de verbos ilocucionários é, para Austin (1990), uma forma de averiguar a performatividade do dizer como fazer buscando discutir problemas filosóficos por meio do método de análise filosófica da linguagem. “Nesta sua análise, Austin recorre a uma série de exemplos tirados não só da prática cotidiana do uso linguístico, como também de processos criminais em que alguém foi ou não responsabilizado por uma ação.” (MARCONDES, 1990, p. 9).

Basicamente, o eixo da taxinomia se distingue da fundamentação teórica austiniana quando delimita a linha limítrofe do ato ilocucionário na força ilocucionária do proferimento e seu conteúdo proposicional  $F(p)$ . Essa é uma postura dogmática, que se distancia da visão performativa da linguagem.

Austin (1990, p. 130) acredita nas conexões óbvias entre comportamentais e compromissivos, “pois elogiar ou apoiar é tanto reagir diante da conduta alheia quanto comprometer-se com uma linha de conduta”. Vê-se que na classificação de forças ilocucionárias não há definição isolada, pois Austin leva em conta a natureza própria da linguagem em uso, a dinâmica do dizer como fazer dentro do contexto.

Isso é questionado por Searle (1995, p. 2), “Quais são os critérios que nos permitem dizer que, dadas três emissões, uma é um relato, outra é uma predição e outra é uma promessa?”. Com esse entendimento a taxinomia parte da diferença entre as espécies de atos ilocucionários e critica a classificação alegando que os verbos catalogados são ilocucionários e que algumas classes se sobrepõem.

Segundo Searle (1995, p. 3), “O que realmente ocorre é que há vários contínuos distintos que se cruzam. Uma fonte de confusão relacionada com essa é nossa inclinação para confundir verbos ilocucionários com tipos de atos ilocucionários”.

A preocupação de Searle (1995) é justificar suas críticas tentando mostrar que na classificação há uma confusão entre verbo e ato ilocucionário. Sua proposta se pauta, ainda, nos tipos de força ilocucionária que diferem um ato de fala de outro. Com isso, o desenvolvimento da taxinomia elege um aspecto não abordado na classificação austiniana. Searle (1995) envereda por caminhos distintos ao método austiniano de análise de proferimentos performativos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi avaliar a procedência das críticas de Searle (1995) às *Classes de Força Ilocucionária* de Austin (1990), uma vez que ao criticar a classificação austiniana o referido filósofo propõe como alternativa para resolução dos problemas o que ele denominou de taxinomia. O desenvolvimento dessa pesquisa se estabeleceu com base na seguinte pergunta: as críticas que Searle (1995) fez a Austin (1990), acusando a classificação de forças ilocucionárias de não ter princípios, procedem?



Fazemos coisas com palavras, realizamos atos por meio de verbos performativos. Ao sentenciar, proclamar e advertir, entre outras coisas, realizamos atos de fala Exercitivos. Por exemplo, ao proclamar sua decisão D. Pedro de Alcântara (D. Pedro I) disse: “Diga ao povo que fico!”, esse momento histórico aconteceu em 15 de abril de 1822. Um ato de fala realizado pelo então príncipe regente do Brasil ao proclamar a Independência do Brasil. Esse proferimento é composto, simultaneamente, pelo locucionário, a frase dita, colado ao ilocucionário, que é o fazer coisas no ato de dizer e perlocucionário, os efeitos deste dito. Com esse ato de fala o sujeito falante contrariou as ordens da Corte Portuguesa e transformou a vida de todos os brasileiros. A frase dita por D. Pedro I é um proferimento performativo e com tal proclamação ele se comprometeu, isto é, faz uma promessa. Em comparação com os atos de fala Comportamentais, a sua Declaração consiste em tomar uma atitude e, por conseguinte, exercer sua função. Assim, houve um compromisso.

O proferimento performativo explícito de D. Pedro I seria: “Eu prometo que não vou partir” (performativo explícito, reduzido a primeira pessoa do presente do indicativo ativo). Segundo Austin (1990, p. 112), “Sem dúvida que, até seus mínimos detalhes, declarar algo é realizar um ato ilocucionário, como, por exemplo, avisar ou proclamar”. Este proferimento performativo histórico foi a frase registrada em um contexto bem definido. Neste, há interpenetração com a força da promessa (Compromissivo). São verbos performativos distintos e não sinônimos que marcam, inquestionavelmente, o ato ilocucionário realizado de D. Pedro I. Essa análise do proferimento performativo é feita à luz da classificação da Teoria dos Atos de Fala.

Austin (1990) procura esclarecer a maneira como as coisas feitas pelas pessoas, em determinadas circunstâncias, não prescindem do uso adequado de atos de fala. O uso da linguagem é um ponto preocupante, pois desde sempre “os filósofos têm demonstrado interesse pela palavra ‘bom’ e, recentemente, se interessam pelo modo como a usamos e pelos fins para que a empregamos.

Ressaltamos que as classes de força ilocucionária não apenas apresentam listas de verbos. Demonstra que *ao* dizer ou *por* dizer algo se realiza um ato efetivo, real interventivo no mundo. Basicamente, o ato locucionário é distinto do ato rético, fático e fonético. O ato rético é a realização de algo utilizando determinadas palavras com sentido e referências, o ato fático refere-se à palavra na visão gramatical e do vocabulário, e o ato fonético consiste na emissão de certos sons.

Tal distinção deve ficar clara porque o ato fonético depende do ato fático para ser realizado, haja em vista a necessidade do som para se emitir qualquer fala. Por exemplo, emitir uma declaração repetindo observações de outrem, sem saber o sentido e referência, é um ato fático e não rético.

De modo distinto, o ato locucionário é a emissão de uma frase, que respeita as regras da gramática, tem sentido e referência, isto é, significa algo. O ato ilocucionário é o proferimento de uma frase performativa cujo resultado é uma ação efetiva no mundo: prometer, doar, legar, entre outros, uma vez que é necessário saber em um diálogo se se perguntou, advertiu, informou ou prometeu. A tensão do fazer coisas com palavras concentra a força ilocucionária, que realiza atos, os quais podem ter efeitos esperados ou inesperados.

Lembrando que o verbo da ação performativa, presente no ato ilocucionário, nem sempre aparece de modo explícito, Austin (1990, p. 42) deixa claro o que isso quer dizer, “todos eles [*Proferimentos performativos*] incluem ou têm inícios com palavras altamente significativas e inambíguas como ‘aposto’, ‘prometo’, ‘doo’, palavras corretamente usadas para designar o ato que, ao fazer tal proferimento, estou realizando” [*Grifos nossos*].

O contexto é um ponto fundamental para a Teoria dos Atos de Fala, casos estudados por Austin (1990), por exemplo, recortam exemplos de atos de fala no âmbito jurídico, demonstrando que não basta obedecer a certas convenções linguísticas como a sintaxe, semântica e lógica, é preciso observar as implicações pragmáticas do dizer como fazer.

A posição de Austin (1990), da Teoria dos Atos de Fala, leva em consideração, além do contexto e do sujeito falante, os sentimentos, pensamentos e intenções deste e a ação subsequente dentro da situação, isto é, todo o conjunto que envolve o uso da linguagem é essencial para se realizar atos de fala. Esta complexidade do dizer como fazer pode despertar investigações sobre as questões que envolvem o uso ético da linguagem a partir do entendimento de que as críticas que recaíram sobre a Teoria dos Atos de Fala são improcedentes.

Com essa conclusão a que chegamos não pretendemos esgotar os estudos sobre a crítica de Searle à classificação da Teoria dos Atos de Fala. Outros estudos a serem empreendidos podem seguir temas não abordados, devido à especificidade desta pesquisa.

Nesse sentido, a consistência da classificação austiniana e a adequação do teste do performativo explícito procedem porque propiciam análises de questões filosóficas, muitas

destas estão além de aspectos sintático-semânticos da linguagem, contribuindo para análises da linguagem em uso.

Diante dos resultados apresentados, percebe-se que ainda há muito que ser dito sobre as classificações dos atos ilocucionários. Não obstante, pode-se pesquisar sobre as infelicidades do dizer, os atos perlocucionários e seus reflexos no uso cotidiano da linguagem.

## REFERÊNCIAS

- AUSTIN. **Quando dizer é fazer**: palavras e ações. Tradução Danilo Marcondes de Sousa Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- MARCONDES. Desenvolvimentos Recentes na Teoria dos Atos de Fala. **Revista Que nos faz pensar** n. 17, dez, 2003.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. O Austin do qual a Linguística não tomou conhecimento e a Linguística com a qual Austin sonhou. **Cadernos de estudos linguísticos**. Campinas, n. 30, p. 105-116, jan/jun. 1996.
- RAJAGOPALAN. On Searle [on Austin] on language. **Language and Communication magazine**. Grã-Bretanha, v. 20, n. 4, p. 347-391, 2000.
- SEARLE, John. R. **Os Atos de Fala**: um Ensaio de Filosofia da Linguagem. Tradução C. Vogt et all. Coimbra: Almedina, 1981.
- SEARLE. Uma taxinomia dos Atos Ilocucionários. In: **Expressão e Significado**: Estudos da Teoria dos Atos de Fala. Tradução Ana Cecília A. Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

---

Universidade Católica de Petrópolis  
Centro de Teologia e Humanidades  
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis  
Tel: (24) 2244-4000  
[synesis@ucp.br](mailto:synesis@ucp.br)  
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis>



SILVA, Hércia Macedo de Carvalho Diniz e. Avaliação das críticas de Searle à teoria dos atos de fala. **Synesis**, v. 11, n. 2, fev. 2020. ISSN 1984-6754. Disponível em:  
<<http://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/1838>>.

---